

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 244 - Brasília, quarta-feira, 12 de junho de 1996

Sociedade terá presença maior no Conselho de Comunicação

Plenário aprova proposta de Coutinho Jorge elevando de cinco para 13 os representantes da sociedade civil e de oito para 12 os representantes de sindicatos de patrões e empregados



Ao receber a delegação do PC chinês, ACM destacou os interesses comuns entre os dois países

Delegação do Partido Comunista da China visita o Senado

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), recebeu ontem a visita de uma delegação do Partido Comunista da China, chefiada pelo vice-ministro de Assuntos Internacionais, Li Pemei. Os chineses estão no Brasil em retribuição a uma visita feita por parlamentares do PFL à China, em 1993.

ACM destacou que mesmo havendo divergências ideológicas entre os dois países os interesses mútuos as tornam superáveis. Li Pemei disse que ACM tem dado grande contribuição ao desenvolvimento das relações entre as duas nações. Ele convidou o presidente do Senado, José Sarney, e os membros da Comissão de Relações Exteriores da Casa a visitarem seu país.

Jatene depõe em comissão que investigará clínicas de idosos

O Senado aprovou ontem a proposta da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que cria uma Comissão Temporária Interna para fiscalizar as clínicas que prestam assistência a idosos e a pacientes fora de possibilidade terapêutica, como a Clínica Santa Genevêva, no Rio de Janeiro, onde morreram 98 pessoas nos dois últimos meses.

A senadora informou que a comissão será instalada hoje pela manhã e, logo em seguida, ouvirá esclarecimentos do ministro da Saúde, Adib Jatene, sobre as investigações dessas clínicas por seu ministério. O depoimento de Jatene será às 9h30, na sala 4 da Ala Nilo Coelho.

- É preciso levar ao governo federal uma solução, já que o estado não tem como fiscalizar, e o município do Rio de Janeiro anuncia uma parceria com os maus diretores dessas casas de saúde - disse a senadora.

Para Benedita, o problema das clínicas geriátricas não é financeiro, pois o acordo com o governo garante o pagamento de R\$ 500,00 por paciente. A seu ver, a falta de fiscalização é que leva ao descaso. Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou a senadora.



Benedita da Silva

Projeto aprovado ontem pelo plenário do Senado, em turno suplementar, aumenta de cinco para 13 o número de representantes da sociedade civil no Conselho de Comunicação Social, órgão criado para opinar, entre outras coisas, sobre a concessão de emissoras de rádio e televisão. Também é elevado de oito para 12 o número de representantes de sindicatos de patrões e de empregados do setor de comunicação. O projeto substitutivo, de autoria do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), ainda será votado pelos deputados.

O substitutivo muda também o sistema de escolha dos integrantes do conselho, que passa a ser feita separadamente pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, visando acelerar o processo de escolha. O senador José Fogaça (PMDB-RS) ponderou que há necessidade de se instalar com rapidez o conselho, para que ele opine sobre as mudanças na política do governo para o setor.

Outro projeto aprovado pelos senadores, também em turno suplementar, define que pichação de muros e fachadas passa a ser contravenção penal. Com isso, quem for apanhado pichando poderá ser punido com multa e prestação de serviços à comunidade pelo período de um a seis meses. Se a pessoa for primária, o juiz poderá suspender a multa, mas não a prestação de serviços. O projeto é um substitutivo apresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) e ainda deve ser votado pelos deputados.

Simon elogia OEA por vetar novas sanções contra Cuba

Senador da CRE destaca que condenação à lei norte-americana Helms-Burton por 23 países foi inédita na história do organismo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou ontem a decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) de condenar a lei Helms-Burton, que pune empresas estrangeiras que façam negócios com Cuba. Simon sugeriu ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o envio de felicitações à OEA. A lei Helms-Burton foi promulgada em março deste ano e faz parte da política americana de ampliar o bloqueio econômico a Cuba.

Para o senador, a decisão foi

"inédita", pois os chanceleres de 23 países, inclusive o Canadá, deliberaram pelo repúdio por unanimidade, à exceção da representante americana. A tradição do organismo, como destacou Simon, é de decidir por consenso. "A hora é de consolidação da democracia", disse.

O episódio, na opinião de Pedro Simon, abre a possibilidade de encerrar definitivamente o que ele chamou de "picuinha ridícula" dos EUA em relação a Cuba. O senador lembrou que "não há mais URSS, não há mais comunismo e não há mais Leste Euro-



Pedro Simon

peu". Daí, conforme acentuou, a OEA vir demonstrando que não há mais razão na manutenção do bloqueio econômico a Cuba. Simon avaliou que também é o momento de Fidel Castro encontrar uma forma de convivência com a democracia.

Comissão Mista define prioridades para Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), realizará amanhã, a partir das 10h, reunião com as lideranças partidárias para definir as prioridades na apreciação das 1.400 emendas apresentadas ao projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1997.

O relator da comissão, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), explicou que sem definição das prioridades torna-se impossível a elaboração e votação do parecer final pelo Congresso no prazo regimental, 30 de junho. O senador prometeu apresentar até segunda-feira seu parecer à comissão, se as lideranças chegarem a um consenso.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

15h - Recebe o senador José Eduardo Dutra e comissão do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

18h30 - Participa do coquetel de lançamento do livro "Antologia do Bom Senso", do deputado Roberto Campos. *Salão Nobre da Câmara dos Deputados.*

19h - Recebe o embaixador Sérgio Amaral.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 1/96, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal; "PLC nº 96/94, que altera a Lei nº 7.998/90, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências; "Mensagens nºs. 146, 153, 166 e 167/96, que submetem à deliberação do Senado os nomes dos diplomatas Alexandre Aador Neto, Antonio Carlos Coelho da Rocha, Marcelo Didier e Adolf Libert Westphalen, para exercerem a função de embaixadores do Brasil, o primeiro cumulativamente com a função de embaixador junto a Angola e à República de São Tomé; os demais, junto ao Estado do Kuwait, ao Reino de Marrocos e Iugoslávia, respectivamente.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes, e dá outras providências; "PLS nº 33/95 (terminativo), que acrescenta parágrafos ao art. 20 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição Federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; "PEC nº 64/95, que trata da ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho e do cumprimento das obrigações trabalhistas do empregador para com o empregado rural; "PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; "PEC nº 53/95, que dispõe sobre a

ação de impugnação de mandato eletivo; "PEC nº 44/95, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural; e "PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal, e dá outras providências. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - CPI com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista "Veja" do dia 30.08.95, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil

Pauta: Reunião de trabalho. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.463/96, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.464/96, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728/65 (dívida pública; liquidação extrajudicial; intervenção em instituição financeira)

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.466/96, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário até o limite de 8 bilhões de reais

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.*

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.465/96, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94, e dá outras providências (composição do conselho - mandato dos conselheiros)

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.*

17h - Comissão Especial destinada a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação

Pauta: Instalação da comissão. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.*



José Eduardo Dutra

Dutra pede apoio à proposta que limita medida provisória

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), pediu ontem o apoio do Senado para a votação do parecer elaborado pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), relator da proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Dutra destacou que o substitutivo amplia o prazo de vigência da MP de 30 para 60 dias, mas proíbe a sua reedição, devendo a MP não votada transformar-se em projeto de lei e tramitar em regime de urgência no Congresso. A votação está prevista para o próximo dia 19.

José Eduardo Dutra também criticou a posição do governo, que, segundo o noticiário da imprensa, seria contra a limitação do uso de medidas provisórias. Para o líder do PT, o governo estaria novamente se mostrando intransigente e interferindo nos trabalhos do Congresso Nacional.

Na opinião de Dutra, é mais cômodo para o Poder Executivo reeditar as medidas provisórias *ad aeternum* do que submeter a voto medidas tão polêmicas como as que se referem ao Proer ou que fixam o novo valor do salário mínimo.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a proposta de Josaphat Marinho está absolutamente pronta para ser votada e não consegue entender onde há a inconstitucionalidade da matéria, como alegam alguns.

Comissão vota amanhã o novo Código de Trânsito

Representantes de entidades apontam avanços na proposta, que visa habilitar melhor os motoristas e punir com rigor os infratores

O relatório final do projeto de Código de Trânsito Brasileiro deve ser votado amanhã pela comissão especial que examina a matéria. A comissão, presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), realizou ontem uma audiência pública com representantes de diversas entidades do trânsito no Brasil, que apresentaram sugestões ao substitutivo apresentado pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM).

A maioria dos representantes das instituições de trânsito considerou o texto final um grande avanço. Segundo Roberto Scaringela, diretor do Instituto Nacional de Segurança no Trânsito e ex-presidente do Conselho Nacional do Trânsito



A Comissão de Trânsito, reunida ontem

(Contran), o novo código representa "um caminho de extremo bom-senso, um avanço na preparação e melhor habilitação dos condutores e na questão da impunidade no trânsito. É um desafio implementá-lo".

Entre as principais divergências apresentadas pelas autoridades presentes à audi-

ência, estão o detalhamento das atribuições dos estados e municípios e a composição do Contran, que, segundo o presidente do Fórum Mineiro de Gerenciadores de Transportes, Paulo de Tarso Linhares, deveria reconhecer uma participação mais equitativa entre os representantes do governo e da sociedade.

Valmir considera "vital" aprovar mudanças

A aprovação do novo Código de Trânsito deverá dar ao País uma legislação mais adequada na área, disse ontem o senador Valmir Campelo (PTB-DF), para quem "é urgente e vital que se aprove a matéria".

Valmir informou que o projeto traz inovações "importan-



Valmir

tes e positivas", como a pena de três a seis meses de detenção para motoristas que dirigirem alcoolizados. "Estatísticas oficiais indicam que 50% dos acidentes de trânsito no Brasil são causados por uso abusivo de bebidas alcoólicas dos condutores de veículos", destacou

o senador, que elogiou também a adoção de exames mais rigorosos para a habilitação de motoristas.

- O Código em vigor é de 1966 e é uma das causas da situação caótica do trânsito de veículos no País, que mata 25 mil pessoas e deixa 300 mil feridos por ano, causando prejuízos de 5 bilhões de dólares - disse Valmir.

Fogaça quer lei de imprensa mais branda, porém eficaz

O senador José Fogaça (PMDB-RS) apelou ao Congresso para que vote uma lei de imprensa mais branda, porém eficaz, mas classificou de inútil "a truculência de querer botar jornalista na cadeia".

Fogaça citou análise divulgada pelo Instituto Gutemberg,

de São Paulo, em torno de pesquisa de opinião pública realizada pelo Datafolha, em que o Congresso Nacional ficou com o menor nível de indicação, 26%, na lista das instituições de maior prestígio. O senador considerou o índice excelente em vista de o Congresso "ser a Casa



Fogaça

de conflitos e de contradições de idéias e interesses" e que jamais poderia aspirar à unanimidade. O

senador destacou que na mesma pesquisa o Legislativo foi considerado importante para 70% da população.

Senadores farão estudo das rolagens de dívidas

Idéia foi lançada por Kleinübing durante reunião da comissão que apreciou pedidos dos governos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul para emitirem letras financeiras

Um estudo sobre a rolagem da dívida dos estados, na parte relativa aos juros, será feito por um grupo de senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A presidência dos trabalhos caberá ao senador Geraldo Melo (PSDB-RN), e a relatoria, ao senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). O grupo será composto ainda pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Esperidião Amin (PPB-SC), e terá 60 dias para concluir sua tarefa. A idéia foi lançada por Kleinübing na reunião de ontem da CAE que debateu o assunto, após a votação de pedidos de rolagem de dívidas.

A comissão aprovou autorizações solicitadas pelos governos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul para emitirem Le-



A CAE apreciou pedidos de rolagem de dívidas de três estados e de uma prefeitura

tras Financeiras do Tesouro dos respectivos estados, cujos recursos serão destinados ao giro de dívidas mobiliárias, vencíveis no segundo semestre de 1996.

Também foi aprovado pedido da Prefeitura do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo, mediante a emissão de "Fixed Rate Notes" no mercado internacional, no valor de 150 milhões de dólares, destina-

dos à redução da dívida mobiliária interna do município.

A autorização foi aprovada com emenda do senador Roberto Requião (PMDB-PR), suprimindo os itens relativos aos agentes de lançamento - Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated (USA) e/ou Merrill Lynch International Limited (UK) - e de pagamento - Chase Manhattan Trust and Banking Co. Ltd. (Luxem-

burgo).

Segundo Requião, esses agentes deveriam ser definidos mediante licitação. A CAE resolveu retirá-los do processo, delegando à Câmara Municipal e à Prefeitura a responsabilidade pela execução da operação de crédito externo. As autorizações aprovadas ontem pela comissão dependem ainda de deliberação do plenário do Senado.

Sindicalistas debaterão desemprego na CAE

Os presidentes das centrais sindicais participarão, no próximo dia 19, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), de um debate sobre o desemprego. A idéia de convidar os representantes dos trabalhadores foi apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele quer que os sindicalistas levem à CAE "um diagnóstico sobre o real quadro de trabalho e desemprego no País, apresentando suas sugestões de como compatibilizar a política de estabilização, crescimento

da economia, geração de empregos, melhoria da distribuição da renda e combate à pobreza".

Estarão presentes ao debate os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva; da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros; da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Antonio Fernandes Neto; da Confederação Geral dos Trabalhadores, Enir Severino da Silva; e da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), Laerte Teixeira da Costa.

Aprovado projeto que regulamenta factoring

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS) que regulamenta a atividade de fomento mercantil - factoring. Conforme o projeto, fomento mercantil é "a prestação contínua e cumulativa de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, de gestão de crédito, de seleção de riscos, de acompanhamento de contas a receber e a pagar e outros serviços, conjugada com a aquisição *pro soluto* (para pagar) de créditos de empresas resultantes de suas vendas mercantis, a pra-

zo, ou de prestação de serviços".

O projeto proíbe à sociedade de fomento mercantil adquirir, em caráter *pro soluto*, créditos de entidades integrantes da administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios, captar recursos junto ao público e executar operações de natureza própria daquelas realizadas por instituições financeiras sujeitas à fiscalização do Banco Central. A proposição depende ainda da apreciação do plenário.

Dirigentes do BC convidados a explicar bônus

Loyola e Franco deverão justificar a necessidade, a oportunidade e as vantagens que o País teria em emitir papéis a serem trocados pelos atuais títulos da dívida externa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), decidiu ontem convidar o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, o diretor da área internacional do banco, Gustavo



Roberto Requião

Franco, e o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, para prestarem esclarecimentos sobre a mensagem nº 156/96, na qual o presidente da República pede ao Senado licença para emitir bônus a serem trocados pelos atuais títulos da dívida externa. Atendendo a outro convite, Loyola e o diretor de Normas e Organização do BC, Claudio Mauch, também deverão falar sobre irregularidades no Banco Nacional. Todos os depoimentos deverão acontecer no próximo dia 26, em reunião marcada para as 18h.

O convite às autoridades para tratarem da mensagem presidencial foi sugerido pelo relator da matéria, senador Roberto

Requião (PMDB-PR). Ao justificar sua proposta, ele afirmou que a mensagem pede "indulgência plena, licença absoluta" para emitir títulos e rolar dívidas, sem a participação do Senado, ao contrário do que é tradicional. "Pretende-se, agora, afastar o Senado dessa negociação", disse o relator, para depois informar que a prestação de contas seria feita de seis em seis meses.

Requião afirmou que as autoridades convidadas devem explicar aos senadores a necessidade, a oportunidade e as vantagens que o governo brasileiro teria nessa rolagem da dívida. "A transparência é obrigatória em torno de uma operação que envolve potencialmente 57 bilhões de dólares de rolagem da dívida externa brasileira", sustentou.

Já o convite a Loyola e Mauch foi sugerido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele quer que os dois dirigentes do BC falem sobre as operações de crédito fictícias mantidas pelo

ex-Banco Nacional em sua contabilidade há mais de cinco anos e sobre as operações ilegais de remessa de recursos para o exterior mediante operações triangulares envolvendo subsidiárias do Banco Nacional e de outros bancos.

Suplicy quer saber ainda de Loyola e Mauch a atitude que o Banco Central tomou diante das denúncias do empresário Miguel Haidamus, que, em maio de 1992, alertou a instituição sobre o esquema de falsificação no Nacional. O senador justificou seu requerimento, afirmando que o relatório preliminar da comissão de inquérito do BC contém revelações que indicam que o caso Nacional é mais grave do que se supunha, confirmando a impressão de que se trata de um dos maiores escândalos da história financeira, envolvendo fraudes possivelmente sem precedentes em todo o mundo.

Também foram aprovados

pela CAE dois requerimentos de informações apresentados pelo senador João Rocha (PFL-TO). O primeiro, dirigido aos ministros da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e do Comércio, sobre a relação das empreiteiras que, desde o governo Collor, adquiriram participações nas esta-

tais, as fontes de recursos utilizados nas participações, com a quantificação desses recursos, a relação das empresas privatizadas que recorrem a financiamento a financeira-mentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil, e das empresas estrangeiras que investiram no setor produtivo.

O segundo requerimento aprovado pela comissão é destinado aos ministros da Fazenda e do Planejamento e pretende obter informações sobre os contratos que, com a anuência ou interveniência do Tesouro Nacional, foram firmados com o Banco do Brasil e a CEF para socorro financeiro a estados e municípios.

Operação envolve US\$ 57 bilhões de rolagem da dívida externa brasileira

Suplicy quer conhecer relatório sobre o caso Nacional

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de informações para que o Ministério da Fazenda envie ao Senado cópia do relatório preliminar elaborado pela Comissão de Inquérito do Banco Central que analisou o caso do Banco Nacional. Na justificativa de seu requerimento, o senador destaca que vários órgãos de imprensa divulgaram informações novas sobre o caso do Banco Nacional e elas tornam inaceitáveis as alegações, do ministro da Fazenda

e do presidente do Banco Central, de que não tinham conhecimento das irregularidades praticadas por esse banco.

Entre as novas constatações feitas pela comissão de inquérito, Suplicy salientou a de que o Nacional passou cinco anos com créditos inexistentes que representavam mais da metade de suas operações. Em 1995, quando foi comprado pelo Unibanco, 75% das operações de crédito



Eduardo Suplicy

do Nacional eram fictícias.

Suplicy pretendia levar seu requerimento a votação pelo Senado, uma vez que o ministro Pedro Malan recusou-se a responder a outros pedidos do mesmo tipo alegando que essas informações só poderiam ser fornecidas caso o requerimento fosse aprovado pelo plenário.

Na presidência dos trabalhos, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) informou ao senador que, pelo regimento, requerimentos de informação não vão à deliberação do plenário. Quanto à insatisfação de Suplicy em relação às respostas costumeiramente recebidas, Calheiros lembrou que, acima do regimento, está a obrigação constitucional de os ministros fornecerem as informações solicitadas pelos parlamentares, sob pena de serem incurso em crime de responsabilidade.

Imagem do País para investidor externo deixa Suassuna perplexo

Dívida interna e situação das contas públicas fazem do Brasil uma das piores opções de investimento em todo o mundo, alerta senador

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou a Casa para a imagem que o Brasil mantém no exterior e a conseqüente dificuldade que isso cria para a atração de investimentos estrangeiros. Ele disse que não adianta o Brasil estar entre as dez maiores economias do mundo, se as reformas aprovadas até agora não são suficientes para dar segurança ao investidor que pretende aplicar no País. O parlamentar afirmou que os dois índices mais importantes para propiciar esses investimentos são os relativos à dívida interna e ao equilíbrio das contas públicas e que os dois representam



Ney Suassuna

difficultades preocupantes no Brasil.

Suassuna se disse perplexo com a velocidade do crescimento da dívida interna brasileira. Ele citou uma pesquisa informando que esses índices fizeram o Brasil cair do trigésimo sétimo lugar para quadra-

gésimo oitavo entre as economias atraentes para investimentos.

- Ficamos na frente apenas da Rússia como a pior opção de investimento do mundo - lastimou o parlamentar.

O senador se disse também perplexo com a pesquisa que avalia os países por seus indicadores sociais, em cujo ranking o Brasil aparece em sexagésimo terceiro lugar, ganhando apenas da Botsuana. Nessa avaliação, Porto Alegre figurou como a capital brasileira com melhor qualidade de vida, enquanto a capital da Paraíba, seu estado, ficou em vigésimo sexto lugar.



Renan Calheiros

Calheiros explica por que Suruagy agiu dentro da lei

Com o objetivo de "dirimir dúvidas, repor a verdade e esclarecer a veracidade dos fatos sobre um dos homens públicos mais corretos", o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) leu ontem cópia de carta que foi encaminhada ao presidente do Senado, José Sarney, pelo governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, contestando matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* de segunda-feira (dia 10), sob o título "Desvio de 300 milhões de reais".

Na correspondência, o governador esclarece que a utilização, pelo estado de Alagoas, de Letras do Tesouro para ressarcir os cofres públicos de pagamentos realizados é absolutamente legal, tanto que tais operações são de conhecimento do Banco Central e os processos, posteriormente, são encaminhados também ao Senado Federal.

Renan Calheiros disse que os atos administrativos e financeiros realizados pelo governo alagoano são publicados no *Diário Oficial* do estado e por toda a imprensa de Alagoas, "o que também ocorreu no caso das negociações envolvendo as Letras do Tesouro Estadual, e comprova a lisura do procedimento adotado dentro dos dispositivos transitórios da Constituição federal".

Flaviano: Acre se mobiliza contra governador

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) leu ontem documento dirigido ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, em que representantes da sociedade civil do Acre cobram apuração de todas as denúncias apresen-



Flaviano Melo

tadas até agora contra o governador daquele estado, Orleir Cameli, e solicitam o julgamento do Superior Tribunal de Justiça. O documento afirma que, desde a posse do atual gover-

nodor, "o Acre vive sob o manto parcial da ilegalidade".

O senador informou que, se-

mana passada, esteve com o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) em audiência com o ministro dos Transportes, Odacir Klein, solicitando a liberação de recursos para obras em rodovias do Acre. Ele lastimou o fato de, uma semana depois, as obras estarem sendo entregues às empresas do governador Orleir Cameli em regime de subempregada.

Marina denuncia corrupção em obra na BR-364

A corrupção continua imperando na administração pública do Acre, afirmou ontem a senadora Marina Silva (PT-AC) ao informar que o governo do estado estaria colocando empresa de propriedade do governador Orleir Cameli nas obras de construção da BR-364, no trecho entre os municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Conforme Marina Silva, o valor da obra foi estipulado

em 100 milhões de reais, e a Etesco, construtora sediada em Goiás, que ganhou a licitação, sub-rogou para a Emsa (Empresa Sul-Americana de Montagens S.A.), do grupo Marmud Cameli, "que é um biombo através do qual se esconde a empresa do governador" do Acre.

Marina Silva informou que está encaminhando carta ao



Marina Silva

presidente da República, solicitando providências para que o Ministério dos Transportes assumira a construção da rodovia. Também encaminhará ofício para que o governo federal adote "medidas urgentes" visando a oferecer condições mínimas de trabalho à Polícia Federal do Acre.

ACM critica medida provisória que beneficia municípios inadimplentes

"Não se deve favorecer os que não pagam", diz o senador, temeroso de protecionismo no emprego de verbas públicas

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a medida provisória que o governo editou para permitir que municípios inadimplentes possam receber verbas até 60 dias antes das eleições. O parlamentar argumentou que se a medida objetivasse atender apenas os municípios mais pobres, com verbas do Programa Comunidade Solidária, até entenderia a iniciativa, mas sendo para beneficiar os inadimplentes, num ano de eleições municipais, ele considera estranho. "Não se deve favore-

cer os que não pagam", sentenciou.

Antonio Carlos lembrou que Antonio Kandir assumiu o Ministério do Planejamento prometendo austeridade. "Eu temo muito que esse trabalho austero venha a ser prejudicado pelas lutas políticas das eleições municipais e que haja protecionismo no emprego dessas verbas", afirmou o parlamentar, receoso de que se prejudique "o trabalho sério e digno

que o governo está realizando".

ACM explicou que não é com medidas como essa que o governo vai ter maior ou menor votação no plenário da Câmara ou do Senado. "O presidente declarou que não negocia coisas inegociáveis. Eu entendo que tornar adimplentes municípios inadimplentes é uma prática errada e estimuladora da corrupção", afirmou o senador.



Mauro Miranda

Mauro coloca moradia como dever social

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que pretende apresentar, nos próximos dias, emenda constitucional incluindo a moradia como dever social do Estado, dentro dos princípios estabelecidos pela ONU. Segundo o senador, esta é a única solução para colocar o tema na agenda de compromissos indelegáveis dos poderes públicos. O senador destacou o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de anteontem, sobre o assunto.

Segundo Mauro Miranda, o poder público foi longe demais nas suas omissões: "Segregamos tanto os sem-teto, multiplicados pelo desemprego, pela migração descontrolada e pelo êxodo rural, que em breve poderemos tornar-nos reféns de novas formas violentas de pressão".

Mauro disse que a falta de uma política de habitação provoca três efeitos perversos no País: o efeito social, com a classe média migrando para as periferias, e os miseráveis multiplicando a paisagem da indigência sob pontes e viadutos; o efeito econômico, com o fechamento das empresas de construção civil e as repercussões de escala em todo o setor; e o terceiro efeito, que, segundo o senador, é o desemprego.



Antonio Carlos

Reforma agrária é urgente, alerta Tuma

A reforma agrária é uma das maiores urgências no atual quadro de desagregação social do Brasil, segundo afirmou ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP). Ele entende que falta uma política séria, fundada em critérios técnicos, para a desapropriação de terras e o assentamento de colonos. "Nenhum país se fez grande sem resolver o problema da distribuição da propriedade agrícola", afirmou.

Conforme Romeu Tuma, a violência urbana e a violência rural derivam do mesmo problema: a estrutura fundiária arcaica do País. "Já está ficando cansativa essa repetição de incidentes como os da Candelária, de Vigário Geral, do Carandiru, nas cidades, e de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, nos campos", declarou o senador, acrescentando que combater o abuso da superconcentração fundiária é uma necessidade, mas pre-



Romeu Tuma

cisa ser feita no respeito à lei e aos direitos de propriedade.

— É preciso distribuir a terra aos que querem e sabem plantar, mas evitando a demagogia e o arrivismo. Além disso, deve-se assentar famílias de colonos, não deixando, porém, de fornecer-lhes o mínimo de infraestrutura para produzir, transportar e comercializar o que colherem. Com essas medidas, impede-se que a reforma agrária seja um processo executado por amadores — destacou.

Suplicy pede o assentamento de famílias no PR

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que acelere o processo de assentamento das 3.100 famílias de sem-terra que se encontram acampadas junto à fazenda Giacometti, no município paranaense de Rio Bonito do Iguçu. O senador disse que as famílias moram embaixo de lonas e em condições desumanas.

Eduardo Suplicy informou que visitou a região no final de semana e destacou os bons resultados obtidos pela Coagri, da cidade de Nova Laranjeiras. A base social dessa cooperativa é composta por assentados, mas também está voltada para os pequenos agricultores que começam a aderir à proposta de cooperação agrícola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Suplicy lembrou que o processo de assentamento no centro-oeste do Paraná foi iniciado com o apoio do então governador e hoje senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Cabral condena esvaziamento da Suframa

Senador analisa propostas de mudanças e recomenda que governo aguarde as conclusões de comissão criada para sugerir reformulações no órgão antes de tomar qualquer decisão



Sebastião Rocha

Rocha denuncia procurador por vetar ato de negro

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitou ontem providências do Ministério Público Federal contra o procurador da República no Amapá, João Bosco Araújo Fontes, por ter determinado a suspensão da manifestação cultural Marabaixo, promovida pela comunidade negra do seu estado. Argumentou o senador que a proibição "pode ter implícita uma discriminação racial".

A Marabaixo, como informou Rocha, tem cunho religioso e mobiliza grande parcela de pessoas idosas, não sendo justificável que o procurador do Amapá ofenda os participantes ao alegar que o evento tenha se transformado em "um antro de prostituição".

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) protestou ontem contra uma nova proposta de mudança na Suframa, divulgada em artigo "Vem af a Suframa *dier*", publicado pelo jornal *Amazonas em Tempo*. Segundo as informações, os serviços realizados pela autarquia seriam repassados para a Sudam e a Receita Federal, ficando a Suframa apenas com o papel de agência de planejamento da região.

Outra proposta de mudança no órgão, segundo o senador, seria a transferência da análise dos projetos, que hoje é feita por técnicos da Suframa, para a Sudam, conforme sugestão do superintendente des-



Bernardo Cabral

se órgão, Frederico Andrade. Além disso, a Suframa deixaria de autorizar os pedidos de guias de importação, serviço que passaria a ser feito pelo

Departamento de Comércio Exterior. A Suframa também não mais faria o controle de entrada de mercadorias nacionais na Amazônia Ocidental, atribuição que passaria à Receita Federal.

Para Bernardo Cabral, antes de se fazer qualquer alteração na Suframa, é preciso esperar o trabalho de uma comissão que foi criada com a participação de representantes de vários ministérios, do presidente do Conselho da Companhia de Desenvolvimento do Amazonas e do secretário de Fazenda do estado, com o objetivo de apresentar propostas para a nova Suframa, e que até agora não se reuniu uma vez sequer.

Lobão explica a ministro argentino sistema de controle de contas públicas

O presidente da Auditoria Geral da República Argentina, ministro Enrique Paixão, foi recebido, na manhã de ontem, pelo presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Edison Lobão (PFL-MA). Paixão está em visita ao Brasil para conhecer os mecanismos de fiscalização e controle utilizados pela administração pública brasileira, com o objetivo de aplicá-los em seu país.

Durante o encontro, realizado no Salão Nobre do Senado Federal, Edison Lobão destacou que o Brasil está buscando, cada vez mais, aperfeiçoar



O ministro Paixão (C) visitou ontem o presidente da CFC

seus instrumentos de fiscalização e controle das contas públicas, de modo a impedir a

ocorrência de irregularidades nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado o a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal